

Junho de 2013: jovens periféricos tomaram as ruas de diversas capitais brasileiras. Foram jornadas de caráter autônomo, apartidário, horizontalizado e libertário que reivindicavam principalmente a ampliação da democracia, a ampliação da participação política direta, a ampliação dos direitos, e a distribuição efetiva da riqueza.

Há muitos motivos para exaltar e buscar inspiração naquele junho de dez anos atrás. Por mais que se diga que o Movimento Passe Livre, o principal protagonista das jornadas de junho, era pouco expressivo e tinha uma pauta restrita à redução da tarifa do transporte público, este movimento foi responsável pela politização de muitos jovens periféricos e pela ampliação do debate a respeito do acesso às zonas centrais das capitais e aos serviços públicos.

A repressão contra a juventude periférica foi extremamente violenta, e juntamente com a repressão veio à tona as diversas tentativas de desqualificação e de criminalização dos jovens manifestantes: eles foram considerados vândalos e, posteriormente, terroristas. A professora Camila Jourdan narra, no livro *2013: memórias e resistências* (Hedra, 2020), algumas experiências traumáticas de jovens libertários que foram perseguidos e presos pelas forças policiais. É preciso lembrar que as forças policiais brasileiras atuam cotidianamente com violência contra a população pobre. Ou seja, as jornadas foram duramente reprimidas porque os manifestantes eram, sim, majoritariamente pobres e periféricos.

A participação dos militantes dos partidos de esquerda nas jornadas não foi sempre tranquila, porque em diversos momentos eles quiseram comandar as manifestações e poupar os governantes petistas das críticas. Houve episódios em que militantes petistas aplaudiram policiais que estavam agredindo jovens manifestantes autônomos.

O fato é que a esquerda institucional alimenta intencionalmente as incompreensões e os ressentimentos a respeito das jornadas de junho. Nas narrativas da esquerda institucional as jornadas foram responsáveis pela promoção da antipolítica, da extrema direita e do fascismo no Brasil, e, dessa forma, criaram o ambiente propício para o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em maio de 2016, e para a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições, em outubro de 2018. Os jovens periféricos de 2013 são tomados como aqueles que desprezaram os ganhos sociais proporcionados pelos governos petistas. Será mesmo?

Por que ainda persistem tantas narrativas divergentes a respeito das jornadas de junho? Será mesmo que as jornadas promoveram a antipolítica, a extrema direita e o fascismo? Será

mesmo que os jovens periféricos desprezaram os ganhos sociais proporcionados pelos governos petistas? Qual é o legado das jornadas de junho?

A mera desqualificação dos jovens periféricos de 2013 não deixa de ser uma forma da esquerda institucional e dos governos petistas se desresponsabilizarem por diversos acontecimentos ocorridos no país. Por que não avaliar todo o contexto de forma mais ampla? Por que não levar em consideração outras narrativas e outras problematizações? Outras narrativas foram e estão sendo apresentadas por pesquisadores como Ruy Braga, Camila Jourdan, Fhoutine Marie Souto, Henrique Parra, entre outros e outras. É preciso, sim, questionar as narrativas da esquerda institucional a respeito das jornadas de junho:

“Num olhar mais apressado, seria possível dizer que o que vem sendo repetido à exaustão nos últimos anos, sobretudo após a queda de Dilma Rousseff: formou-se um vácuo de poder que foi ocupado pela extrema-direita, o que culminaria na eleição de Bolsonaro. Mas isso requer uma visão bem simplista dos processos históricos, que supõe uma linearidade e uma relação de causalidade que não se sustenta.” (Fhoutine Marie Souto, 13 jun. 2023)

As jornadas de junho estavam colocando em evidência o conflito de classes que vinha sendo abafado, desde 2003, pelos governos petistas com medidas paliativas. Apesar do crescimento econômico, dos programas sociais e da redução da pobreza, os governos petistas mantinham-se fiéis à cartilha neoliberal. Ou seja, não houve nenhuma distribuição efetiva da riqueza, nem ampliação significativa da renda dos trabalhadores ou redução da desigualdade social. Diante dos protestos da juventude periférica, mais uma vez o petismo optou pela cooptação e pelo silenciamento da esquerda crítica, deu seu aval à repressão violenta e à criminalização dos jovens manifestantes, e buscou a retomada da malfadada conciliação de classes com as elites políticas e econômicas.

“No fim das contas, a extrema direita não foi uma consequência direta de junho de 2013, mas resultado da repressão e posteriormente do processo de cooptação e amansamento da esquerda pelo PT – ou seja, da criminalização da luta social, da tomada das ruas. Assim, conclui-se que a ascensão da extrema direita tem relação com o que se passou há uma década, mas não foi obra dos protestos, tendo resultado da forma pela qual eles foram enfrentados, tirando a esquerda das ruas.” (Raphael Tsavkko-Garcia, 16 jun. 2023)

As jornadas de junho deixaram o legado do fortalecimento de diversos movimentos (estudantes secundaristas, movimentos por moradia, mulheres, negros, LGBT, trabalhadores precarizados, etc.) e de diversas formas de ação política direta e horizontalizada. A lição deixada para a esquerda brasileira é a de que a sua sobrevivência na política não se dá somente pela via institucional e partidária, pela via eleitoral, pela política representativa, e pela conciliação com as elites.

* Créditos da imagem: título “Repression” e autoria do perfil dfactory (CC BY 2.0).

Referências:

Fiorotti, S. “Por que desqualificar as manifestações contra Bolsonaro?” *A Pátria*, Funchal, 09 jun. 2020.

Jourdan, C. *2013: memórias e resistências*. São Paulo: Hedra, 2020.

Oliveira, F. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Souto, F.M. “Em defesa das jornadas de junho.” *Interesse Nacional*, São Paulo, 13 jun. 2023.

Tsavkko-Garcia, R. “Esquerda deixou vácuo que foi ocupado por reacionários após junho de 2013.” *Jota*, São Paulo, 16 jun. 2023.